



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

AMANDA PEREIRA DA SILVA

O ENSINO DE GRAMÁTICA REVISITADO

**GUARABIRA/PB
2013**

AMANDA PEREIRA DA SILVA

O ENSINO DE GRAMÁTICA REVISITADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.^a Ms. Luana Francisleyde Pessoa de Farias

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S586e Silva, Amanda Pereira da

O ensino de gramática revisitado / Amanda Pereira da Silva.
– Guarabira: UEPB, 2013.

34 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras)
Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof^a. Ma. Luana Francisleyde Pessoa de Farias.

1. Língua Portuguesa 2. Gramática - Ensino 3. Linguística -
Ensino . I. Título.

22.ed. CDD 409

AMANDA PEREIRA DA SILVA

O ENSINO DE GRAMÁTICA REVISITADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Aprovada em 31 / 10 / 2013.



Prof.^a Ms. Luana Francisleyde Pessoa de Farias / UEPB
Orientadora - Presidente



Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima de Souza Aquino / UEPB
Examinadora



Prof. Ms. Fábio Pessoa da Silva / UFPB
Examinador

De maneira particular dedico este trabalho a minha mãe e ao meu namorado, por terem acreditado em mim, mesmo quando eu já não tinha tanta confiança própria. Por sempre terem me encorajado e alimentado o meu ser com suas palavras de força e coragem e nunca terem desistido de mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e determinação que me concedeu para que eu soubesse lidar com os obstáculos que surgiram e, ao superá-los, concluir este curso.

Aos meus pais, Elieuda Pereira da Silva e José George Cassiano de Souza, que me incentivaram na caminhada, sempre dispostos a me ajudar na concretização deste meu sonho;

Às minhas avós, Maria Henrique de Lima e Maria Nogueira da Silva, que sempre me apoiaram;

Às minhas irmãs, que de forma intensa e especial me auxiliaram no decorrer do curso;

Aos colegas de turma, pelas descobertas, trocas de experiências, companheirismo e amizade, que sempre estiveram presentes em nosso convívio em sala de aula. De maneira carinhosa, Elane, por sempre acreditar em mim.

A todos os professores que contribuíram de forma efetiva com a minha formação, que plantaram em mim a semente da sede do conhecimento e que me mostraram que ensinar não é apenas trabalhar conteúdos de forma prazerosa e criativa, ensinar vai mais além, é um ato de amor, e isso me fez despertar a consciência para ser uma educadora que irá fazer a diferença;

À professora Luana por ter me orientado com sabedoria, paciência e dedicação na conclusão deste trabalho.

“A linguagem não pode ser imobilizada, da mesma forma que os seres humanos não podem ser imobilizados.”

(Irandé Antunes)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A GRAMÁTICA E SUAS CONCEPÇÕES	11
1.2 A visão tradicionalista	13
1.3 A visão lingüística	15
2 O ENSINO DE GRAMÁTICA NA ESCOLA	18
2.1 O prescritivismo	19
2.2 O descritivismo	22
3 UMA BREVE ANÁLISE DO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA	27
3.1 Relato de experiência	27
3.2 A prática revisitada: uma (nova) perspectiva para o ensino da gramática no sexto ano do ensino fundamental	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34
ANEXOS	35

RESUMO

Este trabalho objetiva mostrar como se dá a prática de ensino da Língua Portuguesa tendo em vista as críticas sobre o predomínio da maneira tradicional e alheia à realidade linguística existente. Neste sentido, propomos outras formas de como esse ensino deveria ser melhorado, apresentando uma proposta desenvolvida no sexto ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves de Carvalho da cidade de Caiçara – PB, sempre trazendo para a sala de aula a conciliação entre o ensino de gramática normativo revisitado, com a lingüística, trabalhando com texto e instigando nos alunos os conhecimentos prévios. Nossas discussões abordam algumas concepções de gramática, tais como as visões existentes em relação à mesma sob o aspecto tradicional e linguístico assim como o ensino da norma culta sob o molde padrão e como seria segundo a visão descritiva, uma forma de trabalhar a gramática de forma contextualizada, evitando assim a rejeição dos alunos ao que tange o ensino de língua materna. Fundamentado no aporte teórico de Perini (1997), Possenti (2003), Perini (1997), Bagno (2002), Travaglia (2001), Neves (2002), dentre outros que estão presentes neste trabalho, visando a articulação entre o ensino de gramática com o contexto, promovendo a interação entre as competências linguísticas e comunicativas, tratando de uma pesquisa de natureza qualitativa. Constatamos que o ensino de gramática é importante no processo educacional do alunado, mas não devemos tratá-la de maneira isolada, mas sim, utilizar outras formas e metodologias para o ensino de Língua Materna, incluindo principalmente o conhecimento internalizado do falante.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Língua portuguesa. Gramática.

ABSTRACT

This work aims to show how is the practice of teaching of Portuguese in view of the criticism of the dominance of traditional way and oblivious to the reality existing language. In this sense, we propose other ways of how this teaching should be improved by presenting a proposal developed in the sixth grade of elementary school at the Municipal School of Basic Education João Alves de Carvalho city Caiçara - PB, always bringing to the classroom the reconciliation between teaching grammar normative revisited with linguistics, working with text and instigating the students prior knowledge. Our discussions addressing some conceptions of grammar, such as the existing views in respect thereof under the traditional appearance and language as well as the teaching of cultural norms in the mold pattern and how it would be according to the descriptive view, a way of working to shape grammar contextualized, thus preventing the rejection of students with respect to the teaching of the mother tongue. Based on the theoretical Perini (1997), Possenti (2003) Perini (1997), Bagno (2002), Travaglia (2001), Neves (2002), among others that are present in this work, aiming at the joint between the teaching of grammar with context, promoting the interaction between linguistic and communication skills, dealing with a qualitative research. We found that teaching grammar is important in the educational process of the students, but we should not treat it in isolation, but rather use other forms and methods for the teaching of Mother Tongue, mainly including internalized knowledge of the speaker.

KEYWORDS: Teaching. Portuguese. Grammar.

INTRODUÇÃO

As questões sobre o ensino de Língua Portuguesa abordadas neste trabalho têm como objetivo discutir os aspectos tradicionais ainda tão presentes nas práticas escolares, os quais desconsideram os fenômenos linguísticos em detrimento de uma abordagem de língua autônoma e homogênea. Entre os debates, problematizaremos as aulas de Língua Portuguesa no tocante às abordagens teórico-metodológicas que tomam a gramática normativa e alguns livros didáticos como instrumentos de propagação do preconceito linguístico, ao promoverem um ensino tradicional baseado no pressuposto de que para falar e escrever bem é preciso tão somente saber a gramática prevista nos currículos escolares.

Pretendemos com este trabalho contribuir com as pesquisas acadêmicas, com enfoque no ensino de língua materna, e colaborar com as mudanças das práticas em relação ao ensino da mesma, possibilitando procedimentos metodológicos e um olhar compreensivo do que seja escrever/falar adequadamente.

O ensino de gramática vem sendo rejeitado por não incluir em seu programa aspectos linguísticos, que expliquem fenômenos da língua e por apresentá-la de forma reducionista, apenas como regras e definições, tornando-a enfadonha.

A pesquisa que realizamos teve como fundamentos teóricos a bibliografia que retrata o tema, a exemplo de Possenti (2003), Perini (1997), Bagno (2002), Travaglia (2001), Neves (2002). Sobre sua natureza metodológica, trata-se de um estudo de base qualitativa e de caráter descritivo, considerando o campo de análise, a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves de Carvalho, em Caiçara – Paraíba, especificamente, uma turma do sexto ano do Ensino Fundamental. Entre as etapas da coleta, no primeiro momento, houve a observação de aulas de língua portuguesa e, no segundo momento, ocorreram as intervenções por meio da regência, levando em conta alguns aspectos linguísticos de suma importância para a compreensão do conteúdo em foco: Substantivo. A turma era composta por trinta e cinco alunos. Ao todo, compõem este estudo três horas-aula de observações e duas horas-aula de intervenções/regências realizadas durante o desenvolvimento do componente curricular do curso de Letras/Habilitação português, Estágio Supervisionado I.

O trabalho está dividido em três momentos distintos: no primeiro, conceituamos a gramática normativa, descritiva e internalizada; no segundo, falamos do atual ensino de língua materna, assim como das visões existentes em relação à

mesma, no caso, a visão normativa e a linguística; o terceiro retrata a observância da aula de língua portuguesa e a prática revisitada a partir de uma nova perspectiva para o ensino da gramática no sexto ano do ensino fundamental.

1 A GRAMÁTICA E SUAS CONCEPÇÕES: ALGUMAS QUESTÕES

É sabido que a língua apresenta diferentes registros de linguagem, cada um com suas peculiaridades, o que ocasiona tipos de gramáticas diferenciados. Mas, qual o conceito que temos de gramática? Da mesma forma que a língua apresenta diversos registros de uso, os conceitos de gramática são também diferentes, dependendo da forma como se analisa tais usos. De modo geral, a gramática se resumiu a um conjunto de regras que, por sua vez, implica também distintas concepções. Deteremo-nos a analisar três tipos de gramáticas, as quais estão mais relacionadas com o ensino, segundo Possenti (2003).

De início, observamos a gramática normativa ou prescritiva, bastante adotada em livros didáticos. Ela é baseada em regras e normas tendo como finalidade ensinar a escrever corretamente, por meio da metalinguagem. Esse tipo de gramática só considera certo o que estiver prescrito nela, caso contrário, qualquer construção que não corresponda ao que ela impõe é julgada “errada”. Daí ser denominada como preconceituosa e excludente, uma vez que já classifica grande parte da população como não culta, por não empregar as normas e regras de acordo com a prescrição, tendo em vista que são poucos os que a usam “corretamente”. Isso acontece porque ela não condiz com a realidade linguística existente e é esse tipo de gramática que é, geralmente, adotado nas escolas.

O segundo tipo de gramática é a descritiva “que orienta o trabalho dos linguistas, cuja preocupação é descrever e/ou explicarem as línguas tais como elas são faladas (POSSENTI, 2003)”. Este tipo de concepção vem justamente mostrar os tipos de regras que são seguidas pelos falantes da língua que, por sua vez, diferem muito das que são propostas na gramática tradicional. Uma das justificativas para esse distanciamento entre regras gramaticais e uso da língua deve-se ao fato desta ser dinâmica e estar em constante evolução; já a gramática tradicional é de natureza estática, ditando regras que são usadas por poucos, fato que a rotula de gramática excludente. Segundo Possenti,

O gramático descritivista não está preocupado em apontar erros, mas pode ir além da constatação de que estas formas existem, verificando, por exemplo, que elas são utilizadas por pessoas de diferentes grupos sociais ou, eventualmente, pelas mesmas pessoas em situações diferentes. (2003, p. 66)

A gramática descritivista tem por finalidade trazer à tona o que realmente é utilizado pelos falantes da língua, assim como explicar a ocorrência de tais fenômenos e das regras que realmente são seguidas. Vale salientar que há quem confunda gramática prescritiva com gramática descritiva, apesar dos objetivos distintos: a gramática normativa/prescritiva descreve sistematicamente a língua e a descritiva explica como se dão as regras da língua em seu uso diário na sociedade.

Por último, temos a definição do que seria gramática internalizada, própria a cada indivíduo, pois ela é inata. Sendo assim, automaticamente um indivíduo ao começar a fazer uso da língua, já utiliza sua gramática internalizada, natural; não foi algo adquirido na escola, e sim no seu convívio social, na comunidade a qual pertence. Este tipo de gramática não é muito aceito nas escolas. Embora não adote as regras propostas pela gramática normativa, a gramática internalizada também segue regras naturais da língua nas construções de discursos linguísticos, ou seja, mesmo não acompanhando a norma padrão, dentro desta existem construções que podem ou não serem aceitas no contexto onde o falante está inserido.

Revisitando esses três tipos de gramática, podemos considerar alguns pressupostos de como o ensino da língua portuguesa precisa mudar, pois ele se restringe, em sua maior parte, apenas ao estudo da gramática tradicional, esquecendo-se de outras atividades como leitura e produção de textos que são bastante importantes para o desenvolvimento intelectual do aluno. Com base nessas concepções de gramática, notamos que há, entre elas, uma coexistência em um mesmo espaço, a escola. Cabendo, então, ao professor elaborar uma nova proposta no ensino de gramática envolvendo as três perspectivas. Para que isso ocorra, faz-se necessário que o docente esteja consciente de que

O que o aluno produz reflete o que ele sabe (gramática internalizada). A comparação sem preconceito das formas é uma tarefa da gramática descritiva. E a explicitação da aceitação ou rejeição social de tais formas é uma tarefa da gramática normativa. (POSSENTI, 2003, p. 90)

No atual ensino da Língua Portuguesa, privilegia-se o uso da gramática normativa, ignorando as demais, o que é uma prática comum nas escolas. No entanto, não se pode priorizar o ensino de uma variante, considerá-la como única, e simplesmente desprezar as demais. O papel do professor, juntamente com a escola, é criar condições para que os alunos conheçam as diversidades linguísticas e

aprendam, concomitantemente, que nos ambientes institucionalizados, a ênfase está na norma culta.

Entretanto, o que acontece no ensino da língua materna é que sua aquisição dar-se de forma inversa, contrária. Ao invés do estudo da língua proporcionar um contato mais íntimo com a reflexão dos fenômenos linguísticos através de leituras e produção de variados gêneros textuais, compreensão das diversidades textuais, ele resume-se simplesmente em descrever a estrutura, explicitar regras, fazer análises sintáticas, entre outras atividades de cunho meramente metalinguístico.

1.1 Visão tradicionalista

Quando falamos em ensino da Língua Portuguesa nos vem à mente o ensino de gramática. Mas o ensino de língua e gramática é a mesma coisa? A gramática é a nossa língua? Esses são alguns dos questionamentos que norteiam o pensamento de muitas pessoas. Podemos dizer que gramática é diferente de língua e, por se diferirem, nada mais óbvio que se trabalhar de forma distinta.

A língua apresenta variadas formas de uso, está sempre sofrendo mudanças por ser um instrumento de comunicação onde cada indivíduo possui uma forma própria de se expressar. Assim, a língua configura-se heterogênea por se adequar-se a cada grupo, comunidade de falantes com sua linguagem particular, o que resulta em uma diversidade linguística, a exemplo da existente em nosso país. Sendo a gramática uma sistematização da língua, é uma das várias formas de organização de como ela é ou deveria ser.

A variante padrão é eleita como um modelo ideal, além de proveniente das camadas elitistas, tornando-a prestigiada ao ponto de confundi-la como sendo a própria Língua Portuguesa. É este último ponto responsável pela frustração que vêm sofrendo os alunos.

No contexto educacional, quanto mais os alunos estudam a “língua portuguesa”, leia-se gramática, maior é a impressão de que nada sabem da mesma, simplesmente por não estudarem a língua com suas várias possibilidades de uso, mas uma língua cheia de paradigmas a serem seguidos, determinando o que é certo ou errado (Cf. Antunes, 2003).

“É inaceitável a forma de estudar a língua materna que prevalece nas escolas, a transformação da doutrina gramatical tradicional num instrumento ideológico de controle, repressão e exclusão social (BAGNO, 2000)”, onde é privilegiado quem fala e escreve segundo o que a gramática normativa prescreve.

O aluno, ao chegar à escola, tem a sua linguagem ofuscada por outra relativamente nova para ele. A norma culta é imposta como a forma correta de expressão, enquanto a internalizada é vista como errada, inferior a norma culta. O conhecimento do aluno, ao contrário de ser somado, é quase que completamente extinto como se ele não soubesse de nada, não tivesse a mínima noção da forma como sua língua se organiza, o que é falso. Ele pode não ter um bom domínio da norma culta, mas é capaz de discernir uma estrutura que pode ou não ser aceita na língua em uso.

Essa forma excludente, regrada, de se estudar a língua materna pode de certa forma conduzir crianças e adolescentes a “rejeitarem” a língua. Podemos de alguma maneira considerar, a partir desse pressuposto, que o fato de vários educandos terminarem o ensino médio sem participar da interação necessária às discussões em sala de aula, de produzir textos significativos, provém da escola não privilegiar o trabalho com os variados gêneros textuais e propiciar leituras diversas. Como diz Antunes a seguir,

A prática de uma escrita artificial e inexpressiva, realizada em vários “exercícios” de criar listas de palavras soltas ou, ainda, de formar frases. Tais palavras e frases isoladas, desvinculadas de qualquer contexto comunicativo, são vazias do sentido e das intenções com que as pessoas dizem as coisas que têm a dizer. Além do mais, esses exercícios de formar frases soltas afastam os alunos daquilo que eles fazem, naturalmente, quando interagem com os outros, que é “construir peças inteiras”, ou seja, textos, com unidade, com começo, meio e fim, para expressar sentidos e intenções. Parece incrível, mas é na escola que as pessoas “exercitam” a linguagem ao contrário, ou seja, a linguagem que não diz nada. (2003, p. 26)

Ao invés de trabalhar com a língua no real contexto, com textos que tragam abordagens pertinentes e contemporâneas, dedica-se às regras prontas baseadas em aspectos nada convencionais com a realidade dos seus educando, insistindo em ensinar uma gramática descontextualizada com única e exclusiva intenção de se alcançar uma língua baseada em modelos gramaticais estáticos.

De modo geral, consideramos que essa concepção tradicional de ensino da linguagem resume-se à gramática normativa como sendo a única variante aceitável, mostrando-se homogênea, estável e alheia às mudanças linguísticas, ou seja, o ensino da gramática é descontextualizado, indiferente à realidade das variedades linguísticas existentes.

Essa concepção vigente nas escolas é reducionista por considerar apenas variante enquanto norma culta, essa norma se reduz à gramática e ao estudo de frases isoladas do contexto. Com base nesse reducionismo, percebemos a forma equivocada como se dá o ensino de gramática e a partir daí, inferimos que a linguagem não se reduz apenas às regras gramaticais e dicionários, como se o que existisse além do que está prescrito nesses compêndios não fizesse parte da língua; ela é bem mais que isso, é social, interativa e com várias possibilidades de uso.

Após todas essas reflexões acerca da gramática normativa, podemos deduzir que a criação da mesma com intuito de regular determinadas línguas, sempre foi privilégio de poucos. Nesse sentido, quem não falar e escrever conforme o que a gramática normativa impõe é discriminado, pior ainda, não é considerado um falante da língua em questão.

Segundo Bagno (2002, p. 26), “a gramática tradicional é um construto intelectual que até hoje preserva uma ideologia feudal, aristocrática, anticientífica, autoritária, dogmática e inquisitorial”. O autor faz essa descrição da gramática pelo fato da mesma estar num patamar totalmente impróprio, não condizente com a realidade linguística do aprendiz. É esse tipo de gramática, descrita por Bagno, que é adotada nas escolas, estando mais próxima da realidade falada e escrita em Portugal, do que da nossa. Atestando, dessa forma, quem é falante ou não da língua portuguesa.

1.2 Visão linguística

No que tange ao ensino de gramática, notamos que a mesma é trabalhada de forma isolada e descontextualizada. Não queremos propor como única saída a criação de uma gramática mais adequada, condizente com nossa pluralidade linguística, até porque se criássemos essa “nova gramática” ela acabaria de certa forma sendo um trabalho normativo – prescritivo, por prescrever os fenômenos como faz a gramática normativa. E sabe por que isso ocorreria? “Simplesmente porque a

língua como uma atividade social, cujas normas evoluem segundo os mecanismos de autorregulação dos indivíduos e dos grupos em sua dinâmica histórica de interação entre si e com a realidade.” (BAGNO, 2002, p. 28)

Isso explicita o motivo pelo qual a criação de uma nova gramática normativa não seria a solução; mas faz-se necessária uma revisão na mesma, tendo em vista que existem determinadas regras que não condizem com o português brasileiro. Precisamos, portanto, de novas formas de trabalhar essa gramática.

A contribuição da Linguística é explicitamente observada no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa. Enquanto os gramáticos restringem a língua a um conjunto de regras prontas a serem seguidas, sem reflexão, pouca explicação, sem levar em conta as mudanças ocorridas na língua, o papel do linguista é descrever a língua em suas múltiplas manifestações e oferecer hipóteses e teorias consistentes para explicar os fenômenos da mesma (Idem).

Isso nos faz refletir a importância dos estudos linguísticos no ensino de Língua Materna, pois sua inserção na prática do ensino é de suma importância. Essas teorias que explicam determinados fenômenos que acontecem na língua auxiliam o professor de Língua Portuguesa a trabalhar melhor na sala de aula, desenvolvendo metodologias eficazes e tornando os alunos conhecedores dessa pluralidade linguística da nossa sociedade.

A proposta é de refletir as condições contextuais que se aplicam à gramática, não banir ou substituir as normas nas aulas de Língua Portuguesa, mas propor uma nova perspectiva, ou seja, estamos expondo que não dá para continuar a ensinar gramática ignorando as contribuições linguísticas, e sim, utilizá-la de forma a dar sentido às aulas, que se reduzem, na maioria das vezes à gramática normativa. Como descreve Antunes,

Neste sentido, a gramática é particularizada, ou seja, não abarca toda a realidade da língua, pois contempla apenas aqueles usos considerados aceitáveis na ótica da língua prestigiada socialmente. Enquadra-se, portanto no domínio do normativo, no qual define o certo, o como deve ser da língua e, por oposição, aponta o errado, o como não deve ser dito. (2007, p. 30)

O professor precisa tomar consciência de que não se pode ensinar apenas uma variante, a de maior prestígio, mas todas as outras que compõem a diversidade do fenômeno da língua. “Tentar preservar, impor e cobrar um padrão de

comportamento linguístico único, aristocrático e absoluto é um projeto que se contrapõe de maneira gritante a toda essa dinâmica da sociedade, da cultura e da língua.” (BAGNO, 2002, p. 39).

É correto afirmar que não é cabível querer homogeneizar a língua, pois a sociedade apresenta suas diferentes camadas, estas, por sua vez, apresentam uma linguagem que lhe é particular, resultando nessa pluralidade linguística, restando apenas conhecer e valorizar essa diversidade. Mais uma vez, vale salientar que não queremos que privilegiem na escola a variante coloquial ou padrão, e sim que deem a devida importância e valor a ambas.

Embora professores saibam da colaboração da Linguística, no que tange à língua, ainda há uma forte resistência às contribuições dessa ciência. Essa prática normatização-prescrição já não produz nenhum efeito, ao contrário, só colabora para a rejeição da língua materna. O ensino da língua materna deve ser mais amplo, criar condições para que os indivíduos possam produzir seu próprio conhecimento linguístico, aprendendo a praticar a investigação-teorização sobre os fatos da língua e linguagem (BAGNO, 2002).

2 O ENSINO DE GRAMÁTICA NA ESCOLA

Não há como ignorarmos a importância e necessidade de se ensinar a norma culta, no entanto é preciso (re)significar esse ensino baseado apenas em regras e indiferente às situações onde falantes da língua desenvolvem as habilidades comunicativas. Essa postura é recorrente nas aulas de Língua Materna, uma vez que os professores não levam em consideração o conhecimento implícito que o aluno tem da mesma. Estes sabem identificar um enunciado como aceito ou não pela língua, porque qualquer falante nativo de uma língua tem essa noção. Isto é, os alunos podem não ter um conhecimento aprofundado, explícito, sobre determinadas regras que regem a língua, mas eles sabem como ela funciona.

[...] qualquer falante de português possui um conhecimento *implícito* altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E veremos que esse conhecimento não é fruto da instrução recebida na escola, mas foi adquirida de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. [...] (PERINI, 1997, p. 13)

Como podemos observar nessa citação de Perini, todos nós conhecemos e falamos a língua de acordo com o nosso conhecimento implícito e é na escola que iremos adquirir outra variedade linguística, a culta, formal, que é privilegiada na sociedade. Sendo assim, é preciso atentar para a questão de que não é necessário, no ensino, o professor privilegiar uma variante e desprestigiar outra.

Estamos afirmando que tanto a variedade coloquial quanto à formal podem coexistir sem nenhum problema. Devemos ter apenas a cautela na hora de fazer a distinção de uso entre as duas. As escolas estão acostumadas em acreditar em uma velha crença que não faz mais nenhum sentido: que a única variante “correta” é a formal. É esse tipo de ideologia que é passada para os alunos, um pensamento distorcido e preconceituoso. (Cf. ANTUNES, 2003)

Como já foi citado anteriormente, não queremos banir o ensino de gramática e aderir à forma coloquial, isso seria, uma violência de natureza político-cultural e cognitiva. De caráter político cultural, por achar um absurdo obrigar a aprenderem a falar e escrever uma norma que não é sua, “como sendo um único dialeto válido”; e cognitiva, por pressupor que falantes de uma língua não possam aprender outro

dialeto por ser mais difícil. Isso só evidencia a importância do ensino do dialeto padrão na escola. Ensinando a norma culta, sem dogmas, sem veneração, ela ajudará a diminuir a distância entre dialeto padrão e coloquial, assim o aluno só tem a ganhar com a aquisição de uma nova variedade (ANTUNES, 2003).

Estas observações só tornam ainda mais notório o porquê de não extinguir a norma padrão do ensino escolar. Ela serve como ponte de ligação para diminuir o preconceito linguístico tão impregnado na cultura brasileira. Queremos chamar a atenção para as formas de como trabalhar a gramática, sempre com olhar crítico, flexível, mostrando sua importância e lembrando que não é a única verdade em relação ao uso da língua. A partir daí, o ensino de gramática fará “sentido” para os alunos, que a veem sob uma ótica incongruente o uso da língua.

Basta lembrar que saber expressar-se numa língua não é simplesmente dominar o modo de estruturação de suas frases, mas é saber combinar essas unidades sintáticas em peças comunicativas eficientes, o que envolve a capacidade de adequar os enunciados às situações, aos objetivos da comunicação e às condições de interlocução. (NEVES, 2002, p. 226)

Tornando o aluno um conhecedor das variedades linguísticas existentes e sempre enfatizando o aspecto funcional da gramática, voltado para a produção no contexto comunicativo, perceberemos um grande salto no ensino do português. Com certeza já ouvimos alguém dizer, depois de concluído o ensino médio, que não sabe português. Todo falante nativo da língua portuguesa já nasce com um aparato linguístico-cognitivo que possibilitará o desenvolvimento da fala, certo que de modo coloquial, mas sabe. O que é inadmissível é que as escolas não expliquem isso para os alunos, salientando que a norma culta ensinada não é a melhor, e sim a mais utilizada, de prestígio, oferecendo ao aluno essa diversidade linguística, proporcionando esse conhecimento e escolha de uso de tais variantes em determinadas situações.

2.1 O prescritivismo

É interessante a rotulação que se dá ao ensino de gramática nas escolas, públicas e privadas, como sendo algo inútil, que não “serve para nada”. Aí, eis que surge a questão: Por que então perder tempo ensinando algo que não será

rentável? É com esse pensamento, com essa visão que está sendo trabalhado o ensino de gramática. O maior problema enfrentado no ensino da mesma é justamente esse isolamento que ela sofre. Ela é trabalhada de forma totalmente descontextualizada como já mencionado anteriormente.

Qual é o problema em se trabalhar texto e gramática juntos? Simplesmente nenhum. Apenas um trabalho a mais na hora de preparar aula. É bem mais fácil ensinar algo fragmentado, isolado do que um todo. Mas o ponto primordial dessa reflexão é a seguinte, se tem que ensinar gramática, faz parte da grade curricular, que tenha ao menos o cuidado de passar esse conteúdo da forma menos traumática possível.

Só que diante de tudo isso não é aconselhável ficar taxando a gramática, atirando pedras e, sim, pesquisar, buscar respaldo nas teorias linguísticas para auxiliar nas explicações de tais fenômenos. Não queremos dizer que a norma culta prescrita na gramática normativa seja correta ou errada; e sim que, o desempenho eficiente, em certos registros, depende da conformação do texto a determinados padrões vigentes e aceitos na sociedade como diz Neves (2002, p. 229). No caso a norma culta, o que a gramática normativa prescreve.

Seria um equívoco ignorar a importância da gramática na sociedade atual. Embora ela não seja condizente com a pluralidade linguística existente, faz-se necessária ensinar, e por sinal muito bem, a norma culta. Queira sim, queira não ela ainda continua sendo a variante de maior prestígio. O que queremos chamar a atenção é para o fato de que se faz importante saber a norma culta, porque ela ainda continua sendo o único caminho para se conseguir uma posição, embora que mínima, perante a sociedade.

A escola tem de respeitar os padrões linguísticos que os alunos possuem, embora sejam diferentes daquele que a sociedade aceita e respeita. Cabe à escola prover a criança toda a apropriação de vivências e de conhecimentos que lhe assegure um domínio linguístico capaz de garantir a produção de textos adequados às situações, sejam elas quais forem (NEVES, 2002). A criança deve ter noção de que sua forma de falar não é errada, mas que, perante a sociedade, ela é estigmatizada, daí a importância de se aprender a norma culta e, dessa forma, adequar-se da melhor forma possível às demandas comunicativas.

Outro fator importante que vale a pena salientar como forma de tornar a gramática “inútil”, é o livro didático. Se trabalhado de forma inadequada, acaba

tornando-se o vilão da história colaborando com essa visão, até então, deturpada. O livro didático não deve ser o instrumento de ensino e sim uma ferramenta que venha auxiliar nessa árdua tarefa que é despertar o interesse pela gramática e reconhecer sua importância; além do que aprender norma culta através de livros, que em sua maioria não estão adequados ao nível dos alunos, se torna uma tarefa quase impossível. Sendo assim, o professor é o responsável essas regras, nomenclaturas impostas pela gramática, para o aprendizado significativo.

Eis a resposta de todas as nossas reflexões feitas até agora: essa visão de que a gramática não atribui em nosso dia a dia, nada provém dessa organização separatista. Não há como estudar a linguagem de forma isolada, se faz necessário o auxílio de textos para tornar o aprendizado além de eficaz coerente. Se não houver essa reflexão tão cobrada e importante por quem estuda a língua, o ensino da gramática se deterá a simples transmissão de conteúdos expostos no livro didático.

As atividades que os docentes propõem, em sua grande maioria, são atividades de classificação de palavras e análises sintáticas; tais atividades são importantes, mas o estudo sobre a língua não se resume apenas a isso, há muito a ser explorado, refletido e questionado. Há quem diga que trabalhar a gramática contextualizada é simplesmente retirar trechos de textos, ou até mesmo, frases. Isso, no entanto, não significa um trabalho contextualizado, e sim que se reduziu o estudo da língua a entidades de estatuto autônomo, ou seja, a classificações, análises, denominações entre outros.

Analisando todas essas questões, muitos professores ainda acreditam que a finalidade da gramática é fazer com que alunos escrevam melhor. Dessa forma fica difícil formar bons leitores e fazer com que os mesmos escrevam bem, já que escrever bem é sinônimo de ter conhecimento da norma culta. E como despertar prazer e interesse nos alunos em relação à norma culta se ela é trabalhada de modo tão ineficaz? “Tudo isso acaba prejudicando a natureza das aulas de gramática oferecidas nas escolas onde a gramática contemplada é um simples jogo de rotulação de classes e de funções sintáticas, realmente se tem de pôr em questão a validade da existência de uma atividade de ensino da gramática nas escolas” (NEVES, 2002, p. 239).

O que torna todas essas questões levantadas e discutidas inadmissíveis no nosso ensino é que mesmo jovens professores que se formaram recentemente, também concebem como sinônimo de ensino de língua a perspectiva tradicional da

gramática normativa. Nesse caso, o problema se encontra nos professores que não tiveram um contato com teorias linguísticas que abordam a língua de forma mais aprofundada, levando em consideração fenômenos do uso. (Cf. Antunes, 2003)

Vale salientar que essas teorias desenvolvidas na ciência Linguística não vão substituir a tão chata, complicada e enfadonha gramática normativa. Estamos atentando para o fato de que, não é para o recém formado simplesmente transpor para os seus alunos tudo que ele adquiriu na universidade, tampouco para continuar ensinando da forma tradicional; e sim fazer seu diferencial, unindo o tradicional com as tendências atuais, oferecendo assim um ensino não só de melhor qualidade como coerente com os fenômenos existentes na língua.

Mesmo alguns professores sabendo que a forma como ensinam gramática parece não surtir nenhum efeito, ainda persistem em ensinar uma gramática sistemática e alheia à realidade discente. Não se pode persistir em ensinar uma gramática que já vem com tudo pronto, calculado como sendo certo ou errado e as respostas encontradas consideradas como definitivas.

Temos que dar um novo tratamento à gramática normativa no Ensino Fundamental e Médio para que esse quadro melhore ou até mesmo possa se reverter. É necessário que o professor tenha conhecimento dessas concepções para poder aplicar nas aulas, de acordo com a realidade dos alunos, tendo assim um bom proveito; outro ponto importante a ser abordado é o de que é necessário dar outro direcionamento ao ensino de gramática, mas inserido no sistema padrão que a rege, ou seja, é importante refletir sobre a língua para, só assim, entender o sistema que a regula. E essa reflexão deve ser feita a partir do uso direto e observável da língua, em uso, pois, é a partir dessa observação palpável, que os alunos irão entender e compreender com coerência a norma padrão.

2.2 O descritivismo

Já vimos que é importante haver mudanças no que tange ao ensino de gramática pela mesma não surtir o efeito tão esperado pelos professores e alunos e chegamos à conclusão de que isso se deve a forma equivocada de se trabalhar essa gramática nas salas de aula. Mais uma vez é necessário deixar claro que não estamos querendo fazer apenas alusão às teorias linguísticas, e sim salientar sua

importância no ensino da norma culta. Ao iniciar tal discussão em torno do ensino da gramática com uso de textos, é interessante observarmos alguns pontos importantes que a gramática contextualizada leva em consideração que em contrapartida é ignorado pela gramática normativa.

A gramática contextualizada leva em consideração o conhecimento de mundo implícito que o aluno tem, ela sabe que é esse conhecimento que o faz identificar uma construção como sendo aceita ou não em nossa língua. Esse tipo de conhecimento é adquirido de modo informal, em nosso cotidiano, em meio à sociedade a qual pertencemos e ele é respeitado e aceito sem nenhum tipo de preconceito.

Essa gramática implícita que todo falante da língua materna já nasce com ela, infelizmente, é bastante estigmatizada dentro das salas de aula. Professores insistem em ensinar de forma tradicionalista, tomando como referência e o que é certo e o que a gramática normativa prescreve; sabemos da grande diferença que há entre o conhecimento explícito do conhecimento implícito. A partir desses pontos expostos, podemos inferir que existem duas línguas em nosso país, segundo Perini. Ele faz uma distinção bastante interessante entre o que seria uma língua de civilização e língua local, ágrafa.

A primeira serve a vastas comunidades, sendo intensamente utilizadas na política, na TV e na imprensa, na ciência, na literatura etc.; a última não é usada intensivamente em toda a gama das atividades da vida moderna (PERINI, 1997).

É essa a grande questão que vivemos atualmente, no que se refere à língua que a gramática propõe e a que é usada pela maioria da população. Aquela aceita pela sociedade, privilegiada nos meios de comunicação, na literatura e nas escolas é a norma culta; em contrapartida vem à linguagem coloquial, usada por uma grande parcela da população e que é próxima da realidade linguística, é alvo de preconceito e bastante estigmatizada por quem fala ou “pensa” que fala de acordo com a norma culta.

Fica então comprovado que existem duas línguas no Brasil: a escrita, que conhecemos como Português e para aprendê-la temos que frequentar a escola, diga-se de passagem, grande parte da população termina os estudos sem ter conhecimento da mesma; e a falada, que é estigmatizada; a conhecemos como linguagem coloquial que na verdade é essa a nossa língua materna, nascemos com

ela e a aprimoramos em nosso convívio diário, porém por ter esse caráter popular tendem a considerá-la como sendo uma forma errada de falar português.

O preocupante é que essas duas línguas têm cada uma o seu espaço, o português em discursos e situações formais; o coloquial, em geral, é usado na fala informal e em alguns gêneros textuais. Fica então assim: falamos uma língua - a coloquial - e escrevemos outra - o Português padrão - isso é no mínimo confuso. Como podemos ensinar uma norma padrão sem levar em consideração a linguagem coloquial?

Faz-se necessário que essas questões mínimas sejam esclarecidas devidamente. O professor tendo um bom aparato linguístico verá que é importante esclarecer para os alunos essa diversidade linguística em que vivemos, explicando toda essa situação. A partir daí, o aluno perceberá que ele não pode falar em um discurso institucionalizado da mesma forma que fala com os amigos ou em casa; da mesma forma é na escrita, não se pode escrever em uma produção textual de vestibular da mesma forma que ele escreve na troca de mensagens pela internet, nem em um bilhete para um amigo. Assim, o aluno irá adquirir um senso crítico e verá a importância em se aprender a norma culta e não se sentirá tão frustrado em relação a sua linguagem coloquial.

Essa visão truncada em relação à gramática é bastante inquietante, pois em meio a esta exposição que fizemos sobre como é importante trabalhar a gramática sob um novo olhar, por que ainda há tantas resistências às novas abordagens?

O grande problema reside nesse impasse em relação ao ensino de gramática, sendo para alguns prioritário e para outros periférico. Perini faz uma observação respeitável e presumível em relação ao que se tem de “errado” no ensino da gramática. Segundo ele, “o ensino de gramática tem três defeitos, que o inutilizam enquanto disciplina: primeiro seus objetivos estão mal colocados; segundo, a metodologia adotada é seriamente inadequada; e, terceiro, a própria matéria carece de organização lógica” (1997, p. 49).

É isso mesmo que está acontecendo com o nosso ensino normativo? Vamos tentar entender um pouco o que ele expressou e comparar com o que realmente é ensinado nas escolas.

O primeiro ponto está voltado para aquela antiga questão de que a gramática é responsável em tornar o aluno apto a escrever e ler melhor, alcançando um nível reputado de conhecimento da língua padrão, isso é o que os defensores da

gramática normativa alegam para se ter a presença da gramática no currículo escolar. Mais isso é verdade? A gramática garante ao indivíduo a competência de ler e escrever corretamente? Ao que já refletimos e observamos, isso não é de total veracidade.

Saber gramática não é garantia de ter uma boa escrita. Se assim fosse, seria de esperar que as pessoas que escrevem bem sabem gramática, ou as que sabem gramática escrevam bem. E na verdade não é isso que constatamos em nosso dia a dia como professores. Conhecemos várias pessoas que escrevem muito bem, mas quando perguntados se sabem gramática afirmam com tamanha veemência que não. Há alguma coisa errada. Se perguntarmos a um recém formado do curso de Letras se ele sabe todas as normas, ele afirmará que não e acredite, ninguém o saberá, nós não temos o total conhecimento de todas as regras.

No segundo ponto abordado por Perini, ele questiona a metodologia utilizada nas aulas de gramática. Em qualquer outra disciplina o aluno indaga o professor e o mesmo tem a obrigação de responder de forma correta e convincente - há sempre uma explicação; em contrapartida, ao que se refere à gramática, além de haver poucos questionamentos, quando ocorrem, estes são respondidos de forma vaga, imprecisa. O que é observado é que o que o professor ensina não está de acordo com a realidade observada.

O professor ensina a regra, o aluno pergunta e o docente simplesmente responde que é assim que tem que ser. Perceba que a gramática normativa não fornece explicações convincentes, com bases sustentáveis, apenas resigna-se a dizer que é assim porque tem que ser assim e ponto final. É essa falta de resposta e reflexão, as quais levam os alunos a desprezarem tanto a gramática a ponto de taxá-la de inútil.

O último ponto refere-se à organização lógica dessa disciplina que é ensinada nas escolas. Aí indagamos: como pode a gramática apresentar desorganização se ela se apresenta de forma bastante organizada em sua estrutura? A gramática vive em eterna contradição, o que ela diz ser de um jeito frente a uma determinada situação não terá a mesma aplicabilidade em outro contexto. O que falta é justamente definições mais compreensíveis e que não se contradigam tanto; o que a gramática normativa prescreve está aquém do que a sociedade utiliza.

Temos que adequar a gramática ao nível dos alunos e não colocá-la num pedestal como sendo algo inatingível. Os professores têm que se conscientizar de

que a gramática não é o meio de tornar o aluno um bom leitor e escritor, ele só conseguirá isso se aprender a partir do uso e reflexão, se ler e reler, escrever e reescrever bastante; se isso se tornar um hábito diário.

Enfim, temos que rever as finalidades que são atribuídas ao ensino de gramática, estudá-la é adquirir mais conhecimento sobre a língua e não conhecer a língua através dela.

O professor terá de falar para a turma que a língua é do jeito que é, e não apenas como a gramática pressupõe, que ela seja; se faz necessário gramáticas mais próximas da realidade, voltadas para a descrição da língua e não receitas de como falar e escrever corretamente, ou seja, precisamos de gramáticas que façam sentido, tenham lógica tanto para quem ensina, tornando mais fácil responder possíveis dúvidas que venham a surgir, como para o aluno, perceber que o que está sendo trabalhado na sala de aula aproxima-se das práticas sociais dentro e, principalmente, fora do âmbito escolar.

3 UMA BREVE ANÁLISE DO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Baseados nas discussões expostas neste trabalho, passamos para a descrição e análise das observações e intervenções realizadas na escola Municipal de Ensino fundamental “João Alves de Carvalho”, localizada em Caiçara – Paraíba, nosso campo de pesquisa, especificamente na turma do sexto ano do Ensino Fundamental, durante o segundo semestre de 2010. Essa instituição de ensino apresenta uma estrutura precária, comprometida, e um espaço reduzido para comportar o número de discentes, além de dispor de pouquíssimos recursos didáticos, o que dificulta a execução de uma boa aula.

A turma do 6º ano era composta por trinta e cinco alunos, entre onze e quinze anos, sendo cinco meninos e trinta meninas, os quais residem na zona rural e urbana do município de Caiçara/PB. Foram três aulas observadas e duas de intervenção direta com a turma.

3.1 Relato de observação

Diante das aulas observadas, notamos que a professora havia iniciado na aula anterior com uma pequena introdução, com uso do livro didático, sobre o assunto a ser trabalhado: “substantivo”. A aula referente a tal conteúdo gramatical discorreu da forma mais tradicional possível. A mesma ordenou que os alunos escrevessem, com auxílio da lousa, o conteúdo dando continuidade ao que ela havia iniciado e transcrevessem tudo o que a gramática normativa define sobre substantivo e a aula resumiu-se nisso. Foi notória a rejeição dos alunos com relação ao conteúdo, eles não mostravam interesse com o que estava sendo transmitido pela professora. É interessante mencionar que a grade curricular, neste contexto escolar, prioriza o ensino gramatical, enfatizando a normatividade.

Notamos o quanto perdura o ensino de língua de forma assistemática, descontextualizada, preocupado apenas em citar regras que devem ser seguidas. As regras são expostas, “explicadas” e logo depois trabalhadas de forma isolada através de exercícios meramente mecânicos. Onde está a capacidade de desenvolver nos alunos a criticidade, os questionamentos? Essa capacidade é

inexistente dentro dessa forma de ensino que é totalmente regrada, limitada, comprometendo o desenvolvimento de qualquer tipo de habilidade nos alunos.

As aulas observadas nos leva a reflexão de como devemos proceder diante do ensino de Língua Portuguesa. Persistir nesse tipo de ensino é atentar contra o intelecto dos alunos, por mostrar-lhes que só existe uma única forma de linguagem, é tentar moldá-los segundo o que a gramática normativa condiz. É imprescindível mudar o ensino de Língua Portuguesa para transformarmos esse triste quadro em nossas escolas.

Com base no que foi observado nas aulas de língua portuguesa, comprovamos o que está explícito e é de conhecimento de todos, que as aulas de Língua Portuguesa não estão estimulando a reflexão sobre os usos nem desenvolvendo as habilidades dos alunos e, conseqüentemente, aumentando a insatisfação destes em relação ao ensino. Os alunos não se mostraram satisfeitos tampouco atraídos pelo método de ensino. Percebemos que mesmo estudando a própria língua, é como se estudassem uma língua estrangeira, como se estivessem aprendendo um novo idioma porque até então o que eles pensavam ser a língua materna na verdade é tudo “errado”.

É de grande importância que se procure caracterizar, de forma adequada, a norma-padrão como sendo a variedade socialmente prestigiada, mas não como sendo a única norma “certa”. “Certo” é aquilo que se diz na situação “certa” à pessoa “certa”. Não se pode deixar de perceber que, do ponto de vista da expressividade e da comunicabilidade, as normas estigmatizadas também têm seu valor, são contextualmente funcionais, não são aleatórias nem significam falta de inteligência. (ANTUNES, 2007, p. 98)

3.2 A prática revisitada: uma (nova) perspectiva para o ensino da gramática no sexto ano do ensino fundamental

A partir desses pontos observados, trabalhamos em duas aulas o estudo da língua materna sob o aspecto textual/discursivo, incluindo textos que ajudam na compreensão dos conteúdos gramaticais. Ao trabalhar dessa forma, notamos que os alunos tiveram uma abertura e liberdade para perguntar, expor suas dúvidas referentes ao conteúdo e um rendimento bem mais eficaz. Fica então explícito que o ensino só se torna produtivo quando acoplamos ao mesmo, que é trabalhado de

forma tradicional, elementos de análise linguística; isso faz com que eles vejam sentido no ensino da Língua Portuguesa. Como podemos perceber na citação de Antunes (2003, p. 66), “A leitura é parte da interação da intervenção verbal escrita, enquanto implica a participação cooperativa do leitor na interpretação e na reconstrução do sentido e das intenções pretendidas pelo autor.”.

Analisando o ensino prescritivo, observando suas falhas e mostrando as dificuldades e os motivos pelos quais o ensino da norma padrão não surte o efeito tão esperado que, em contrapartida, fizemos a sugestão de vincular a esse ensino normativo uma visão eficiente, de acordo com a realidade linguística além de evidenciar que não se faz necessário excluir uma gramática para dar espaço à outra e sim que ambas podem ocupar o mesmo lugar nas aulas de língua, enriquecendo e tornando as aulas mais prazerosas e compreensíveis.

Com objetivos de mudança e adequações no ensino de Língua Portuguesa, pedimos que os alunos fizessem a leitura, individual e coletivamente do texto *Um mar de surpresas*, conferir anexo; em seguida direcionamos a aula, fazendo questionamentos pertinentes as idéias do texto, aguçando o raciocínio e desenvolvendo as competências comunicativas dos alunos.

Na intenção de articular o ensino de gramática normativa, tomando como objeto de ensino, o texto. Fizemos abordagens linguísticas e culturais, obedecendo aos critérios que regem o pré-requisito de que o aluno traz um conhecimento à escola. Após isso, utilizamos os questionamentos (segue em anexo).

Evidentemente, tais instruções ‘ sobre a folha do papel’ não representam tudo o que a gente precisa saber para entender o texto. Muito, mas muito mesmo, do que se consegue apreender do texto faz parte de nosso “conhecimento prévio”, ou seja, é anterior ao que lá está. (ANTUNES, 2003, p. 67)

Após levantarmos várias questões (ver em anexo B), essas questões, várias temáticas foram abordadas, principalmente no que diz respeito à competência lingüística e comunicativa, além de proporcionar aos alunos reflexões sobre as questões sociais e culturais. A partir daí, fizemos as abordagens gramaticais, uma vez que os alunos já estavam inseridos numa interação no contexto da sala de aula. A aula teve sequência com as questões sobre os substantivos, (ver C).

Através da contextualização do termo substantivo, seu uso na escola e na sociedade o aluno é capaz de fazer inferências levando ao nível de conhecimento da

gramática normativa e descritiva, além de considerar a gramática internalizada como ponte que liga o seu conhecimento prévio à articulação com a norma padrão institucionalizada na escola.

Após termos conhecido as várias concepções sobre gramática e como se dá o seu ensino, chegamos à conclusão de como se faz necessário rever e mudar de forma satisfatória a forma como a gramática está sendo trabalhada na escola. Propomos algumas estratégias que possam colaborar para o ensino da mesma. Neste capítulo, analisamos a prática de ensino com um olhar crítico.

Quando lecionamos na disciplina de Língua Portuguesa, podemos realizar, segundo Travaglia (2001), três tipos de ensino: o prescritivo, o descritivo e o produtivo. O ensino prescritivo induz o aluno a substituir a sua base linguística, sua própria linguagem, considerada na maioria das vezes como errada, por outra considerada certa. Esse é um tipo de ensino que intervém nas habilidades existentes e está ligada a gramática normativa, onde só privilegia a variedade escrita culta; o ensino descritivo “objetiva mostrar como a linguagem funciona e como determinada língua em particular funciona. Fala de habilidades já adquiridas sem procurar alterá-las, porém mostrando como podem ser utilizadas.” (TRAVAGLIA, 2001, p. 39).

Este tipo de ensino é interessante por respeitar a Língua Materna que é tão importante por ser a língua que o aluno tem mais contato, tratando de todas as variedades linguísticas, inclusive a sua, para melhor se portar perante a sociedade. O educando tendo contato com todas essas variantes, sabendo quando e onde utilizá-las, além de estar conhecendo sua estrutura, funcionamento, forma e função, será estimulado a raciocinar, pensar, questionar os fatos, fenômenos referentes à mesma; o ensino produtivo é o mais aceitável nos dias atuais, pois ele não vem substituir a linguagem do aluno, tampouco denominá-la errada, e sim somar, ampliar o uso da Língua Materna em várias situações que possa utilizá-la, ajudando a desenvolver a capacidade comunicativa.

É este tipo de ensino “produtivo” que precisamos trabalhar em nossas salas de aula. Não podemos continuar nesse tipo de erro, ensinar algo que não condiz com a realidade dos nossos alunos, nós não temos que tornar os alunos em seres sistemáticos, com apenas uma única verdade em relação à língua, pelo contrário, devemos abrir um leque de oportunidades, de habilidades para que incite a mente deles aos questionamentos, à investigação.

Essa forma de ensino não se restringe apenas ao produtivo, no ensino de Língua Materna podemos usar todos esses tipos de ensino de acordo com nossas necessidades e objetivos. Vale salientar que embora tenhamos conhecimento desses tipos de ensino ainda continua sendo valorizado nas escolas o ensino prescritivo e, é do nosso conhecimento o prestígio de apenas uma variante. Isso trará prejuízos para a formação do sujeito em termos de conhecimento linguístico, não ampliando a sua competência linguística.

Não estamos sendo radicais em afirmar isso, tampouco estamos fazendo asseverações de forma aleatória e sim, que isso é notável nas escolas pelo fato de que o ensino prescritivo não tem alcançado uma das suas metas, que é levar os alunos a escrever e ler corretamente, quiçá ampliar suas competências linguísticas e comunicativas. Essas são questões que devemos considerar ao optarmos pelo melhor tipo de ensino, sempre visando o crescimento intelectual do aluno.

Quando nos referimos ao ensino produtivo, fazemos referência diretamente ao ensino com uso de textos e não trechos que o texto é um conjunto de marcas, de pistas que funcionam como instruções para o estabelecimento de efeito(s) de sentido numa interação comunicativa (TRAVAGLIA, 2001, p. 108).

É necessário expor uma estratégia para o ensino de gramática, baseada em atividades de leitura e produção textual, por serem essas atividades importantes para o desenvolvimento da competência comunicativa. O objetivo dessa estratégia é de fornecer ao professor de Língua Materna mais uma opção de atividades para a prática de uso da língua. Sabemos que existe um grande número de atividades sendo utilizadas nas escolas, só que, em sua maioria, são atividades baseadas nas diretrizes impostas pela gramática normativa.

Ao trabalhar dessa forma, notamos que os alunos tiveram uma abertura e liberdade para perguntar, expor suas dúvidas referentes ao conteúdo e um rendimento bem mais eficaz. Fica então explícito que o ensino só se torna produtivo quando acoplamos ao mesmo, que é trabalhado de forma tradicional elementos de análise linguística; isso faz com que eles vejam sentido no ensino da Língua Portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, constatamos que o ensino de gramática é importante no processo educacional, mas que não devemos privilegiá-la como única e exclusiva, e sim utilizar outras formas e metodologias para o ensino de Língua Materna, incluindo principalmente o conhecimento internalizado do falante e, a partir desses conhecimentos, determinar metas na elaboração de um plano de ensino eficaz e que tenha o objetivo de desenvolver nos alunos a competência comunicativa.

É importante ter a noção de que existem conhecimentos linguísticos que auxiliam no ensino de língua portuguesa tornando-a mais eficaz e com sentido, evitando métodos tradicionais e preconceituosos que não levam em conta o conhecimento que o aluno já possui, adquirido em seu cotidiano; ao chegar à escola a criança é tratada como se não tivesse noção do funcionamento da língua, como se ela estivesse lá para adquirir tais conhecimentos.

A que ou a quem devemos atribuir o descrédito que ronda a gramática normativa? Não devemos colocar a culpa nem no corpo docente, nem no discente, e sim tentar rever as formas de trabalhar a mesma; já que chegamos à conclusão de que ela é importante para conseguir espaço perante a sociedade e de como ela é privilegiada, restando apenas buscar novos meios de enriquecer esse ensino que ainda tão precário e descrente. O primeiro passo a dar é parar de rotular nomenclaturas, o que é uma tarefa no mínimo enfadonha e se esgota rápido e em pouquíssimo tempo, isso nas séries iniciais e imagine nas posteriores que se resumem em uma mera repetição do que já foi visto, com uma pequena diferença de forma mais aprofundada, mas a finalidade é a mesma, tentar fazer com que o aluno escreva melhor só que o resultado é frustrante, os alunos não vêem aplicabilidade alguma no estudo de gramática.

Acreditamos que, se o professor conciliar os conhecimentos internalizados do aluno com as atividades propostas pela gramática normativa a partir daí haverá uma melhoria no aprendizado, chegando aos reais objetivos que a mesma propõe ler e escrever corretamente já que a mesma afirma que para adquirir tais habilidades é necessário ter domínio da norma culta.

Um bom ensino visa o desenvolvimento e a multiplicação dos conhecimentos dos alunos, valorizando a criação de cada um, colocando-os diante de vários

desafios e principalmente reconhecendo seu potencial. A partir desses critérios e atitudes é que o ensino dará uma guinada e surtirá o efeito tão esperado: um ensino condizente com a realidade existente e alunos preparados criticamente para uma vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. 4ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Loyola 2000

BAGNO, Marcos. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: UNESP, 2002.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

POSSENTI, sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 2001

ANEXO A – Texto utilizado na Intervenção/Regência.

Um mar de surpresas

Estudamos detalhadamente o arquipélago de San Blás, no Panamá, nossa próxima ancoragem. As ilhas ficam ao nível da água e só se avistam os coqueiros a poucas milhas de distância. Para preocupar mais ainda, existem vários bancos de corais e a navegação precisa ser feita com muita cautela.

No dia 13 de abril de 1988, depois do meio-dia, chegamos à ilha Cayo Chichine. Era aniversário de David e também comemorávamos quatro anos de navegação. [...]

Esta é a terra dos índios Kunas, que falam poucas palavras em espanhol. Vivem da pesca e da venda de cocos, e as mulheres confeccionam um tecido bordado a mão, que eles chamam de *molos*. Elas se vestem com lindos trajes: fitas bordadas amarradas nas pernas, sarongue, blusas coloridas, lenço na cabeça e uma argola de ouro no nariz. Os homens são de estatura mediana, muito parecidos com os índios brasileiros. São diversos os tabus, e, quando hasteiam uma bandeira vermelha, as visitas são proibidas.

O arquipélago é composto por várias ilhas. As casas são todas construídas com folhas de coqueiros.

Vilfredo, David e Wilhelm programaram uma pescaria com um índio de quatorze anos. Impressionante como ele mergulhava a 25 metros de profundidade; caçava os peixes apenas com uma fiska com elástico na ponta. A água era azul-piscina.

Neste mergulho Vilfredo levou um dos maiores sustos de sua vida. Arpoou uma garoupa de uns três quilos e em poucos segundos dá de cara com um tubarão, atraído pela vibração e pelo sangue da garoupa. David e Wilhelm nadam rápido para o dingue e Vilfredo permanece de olho no monstro, que o rodeia sempre mais perto. O Kuna, vendo o drama de Vilfredo, mergulha em cima do tubarão, como se fosse atacá-lo, soltando bolhas de ar pela boca, de forma ininterrupta. Depois Vilfredo nos contou que foi impressionante: o tubarão fugiu, e nós aprendemos a assustar os bichos.

Nos dias em que permanecemos ancorados ali, os meninos logo se enturmaram com os jovens índios, recebendo mesmo convites para dormirem em suas choupanas.

Numa das tardes convidei as índias Kunas para um lanche. Vieram oito mulheres numa comprida canoa, todas vestidas de gala. Só uma falava espanhol e traduzia a conversa. Ficaram encantadas com os bolos e pão. Uma delas cheirava um pão e, muito encabulada, pediu um pedaço para o marido; há muito tempo não comiam pão. Passamos uma tarde divertida. No final do café perguntaram se não queríamos levar duas jovens, de quinze e dezessete anos. Expliquei que era impossível, íamos para muito longe. Ao partirem, cantaram uma canção de despedida e agradecimento pela hospitalidade. Uma velha índia chorava. E todos nós tínhamos lágrimas nos olhos.

Família Schuürmann. *Diário de uma aventura- Dez anos no mar.*
Rio de Janeiro, Record, 1995.

ANEXO B – 1ª Atividade realizada na Intervenção/Regência.

Atividade relacionada ao texto

1. No relato, *Heloísa Schürmann* registra a passagem da família pelas ilhas do arquipélago de San Blás. Considerando que o texto faz parte do livro *Diário de uma aventura- Dez anos no mar*, responda.

- a) Com que finalidade ele foi escrito?
- b) Tomando como base as informações apresentadas no texto, quem, geralmente, costuma ler esse tipo de texto?

2. O texto traz informações que situam o leitor quanto a localização do arquipélago, aos usos e costumes e às habilidades das pessoas que habitam o lugar. Releia o texto e responda. Que informação você achou mais curiosa, interessante ou inusitada? Justifique.

3. Segundo o relato, durante um mergulho, *Vilfredo* e seus filhos vivem um momento de perigo ao se depararem com um tubarão.

- a) O que *Heloísa* destaca sobre o garoto de quatorze anos que os acompanhou nesse mergulho?
- b) Ao referir-se ao **tubarão**, *Heloísa* emprega o termo **monstro**. Para você, qual dos dois termos transmite mais tensão à situação por ela narrada?

4. O relato de *Heloísa* sobre o ataque do tubarão é uma situação curiosa e interessante para o leitor. Que outra razão fez com que esse fato merecesse ser registrado?

5. De acordo com o relato, durante a permanência da família *Schürmann* estabeleceu-se um clima de cordialidade entre os visitantes e os moradores das ilhas. Quais acontecimentos comprovam essa afirmação?

6. Que informação no relato confirma que os índios *Kunas* preservam sua língua natural?

ANEXO C – 2ª Atividade realizada na Intervenção/Regência.

O texto a seguir traz algumas informações sobre os pingüins, mas dele foram retiradas algumas palavras. Leia e tente descobrir o que ele informa ao leitor.

Barriga fria

---- franceses colocaram ---- no ---- de doze ----para medir a ---- de seu----. Fora d`água ela é de 38 graus Celsius, mas durante o ---- chega aos 25 graus. Aí está o ---- do enorme ----: o -
--- resfriado consome menos ----.

Sem essas palavras é possível compreender as principais informações do texto?

Leia as orações e faça o que se pede.

*Alguns pesquisadores franceses descobriram o segredo dos pingüins.
Vivem em águas geladas as baleias e os pingüins.*

- a) Escreva qual é o sujeito de cada oração. Ou seja, quem descobriu os segredos dos pingüins?
- b) Transcreva a(s) palavra(s) que é (são) considerada(s) núcleo do sujeito de cada uma dessas orações. Queremos saber quem fez tão descoberta.

Essas palavras, que formam o núcleo de cada um desses sujeitos, pertencem à classe dos **substantivos**. O termo **substantivo** é originado da palavra **substância**.

Leia:

Substância: s.f.1. matéria de que uma coisa é formada. 2. O que nutre, dá vigor e força a um ser vivo. Fig. Aquilo que há de essencial, fundamental em alguma coisa ou alguém.

*Larousse Cultural Dicionário da Língua Portuguesa.
Nova Cultural. Moderna.*

Conceituando

Substantivo é a palavra que dá nome aos seres em geral: pessoas, coisas, animais, lugares, sentimentos etc.

Como exemplo, leia o texto.

Baleias não são peixes

Baleias são mamíferos, não peixes.[...]

As baleias, como o homem e os demais mamíferos, possuem sangue quente, respiram ar pelos ferros, respiram ar pelos pulmões, e dão à luz filhotes bem desenvolvidos, que crescem sendo amamentados por suas mães.

www.greenpeace.org.br. (acessado em 19/10/2011)